

VÍTOR JOCHIMS SCHNEIDER

REFLEXÕES SOBRE NATUREZA E FUNÇÃO DA
LINGUAGEM

PORTO ALEGRE

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

REFLEXÕES SOBRE NATUREZA E FUNÇÃO DA
LINGUAGEM

VÍTOR JOCHIMS SCHNEIDER

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR NASCIMENTO FLORES

Trabalho de conclusão de curso apresentado
junto ao curso de Letras da UFRGS, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado.

Porto Alegre

2010

Aos meus pais e meus irmãos,
por serem meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais por me apoiarem em tudo, no sentido bastante amplo da palavra *tudo*. Agradeço aos meus irmãos pela amizade e pelo carinho com que me acolhem. Agradeço a minha família por ser um ambiente de sossego que me faz ter gosto por viver. Agradeço a minha avó e a minha afilhada por terem me ensinado o prazer de ouvir histórias e palavras.

Faço também meu honrado agradecimento ao corpo docente do Instituto de Letras da UFRGS, em especial ao professor Valdir por ter sido um excelente mestre. Agradeço igualmente aos professores Antônio e Luiza pelas valiosas aulas e por serem leitores atentos deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas e amigos que me acompanharam nas conversas que colocaram as ideias aqui presentes em marcha. Agradeço a Germana, Fernando e Caroline pela disponibilidade de me ouvir e de ler meus textos.

RESUMO

Inúmeros são os estudos que tomam as obras de Jean-Luc Godard como objetos de análise para investigações linguísticas, poéticas ou filosóficas. O presente trabalho aborda uma obra específica de Godard – “Viver a vida” (1962). O filme, no entanto, não é o objeto de estudo dessa empreitada. O objeto desta investigação é a linguagem. Visto que a linguagem não é algo para o qual se aponta com objetividade, o diálogo entre prostituta e filósofo, do capítulo XI do filme em questão, serve de base para que se projetem alguns questionamentos a respeito da natureza e função da linguagem. Tomando os enunciados das personagens como axiomas de uma teorização, percorre-se um caminho que tem como meta responder a pergunta: que tipo de coisa é a linguagem? E a partir da resposta obtida verifica-se qual é sua função mais primordial. O enunciado da prostituta Nana – “Eu gostaria de viver sem falar”, inicia a primeira meditação, que avalia a possibilidade de realizar tal desejo. O diagnóstico da impossibilidade de se viver sem falar abre caminho para visualizar o primeiro elemento da natureza da linguagem: sua essência processual. Em seguida, nosso questionamento volta-se para aquilo que comumente se denomina como poder da linguagem. Para tanto, é feito um exame do vocábulo poder e de como esse se manifesta na linguagem enquanto traço que separa o homem dos demais seres. No capítulo quatro, a investigação empreendida se dá com base na reclamação de Nana – “As palavras devem expressar apenas o que queremos dizer”. Neste momento, a natureza semântica da linguagem é acessada pela articulação de expressar e querer dizer como categorias nocionais. Como conclusão, a pergunta – “Então, falar é fatal?” – serve como motivação para se definir a função primeira da linguagem e dar fim a este percurso investigativo que pretende unir linguagem e vida.

PALAVRAS-CHAVE: natureza da linguagem, função da linguagem, poder da linguagem, linguagem e vida.

ABSTRACT

Several studies take Jean-Luc Godard's oeuvre for their linguistics, poetic or philosophic investigations. The present work approaches a specific work by Godard –My life to live (1962). The film, however, is not the object of this quest. The object of this investigation is language. Since language is not something we can point out objectively, the dialog between a prostitute and a language philosopher, in the 12th chapter of the film, serves as a base to bring forth inquiries about nature and function of language. Taking the characters' utterances as axioms of a theorization, we follow a path which intends to answer: what kind of thing is language? From the answer obtained, the primary function of language can be verified. To get the meditations going, the prostitute Nana's utterance – 'I would like to live without talking' starts the first mediation about the impossibility of satisfying such desire and has as reason the most essential aspect of language: its process nature. Next, our questioning focuses on that which is commonly called the *power of language*. For that, an analysis of the word can be done and how it manifests itself in language as a trait that separates men from other beings. In the fourth chapter, the investigation is based on Nana's complaint – 'Words should express only what we want to say'. In this moment, the facets of language's semantic nature are visualized articulating the term to express and to want as notional categories. Standing for a conclusion, the question – 'So, speaking is fatal?' – serves as a departure point to define the primeval function of language and to end this investigative promenade that intends to unite language and life.

KEYWORDS: language's nature; language's function; language's power; language and life.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	8
I. Interesses e objetivos.....	8
II. Metáfora e método.....	12
III. Implicações e método.....	14
CAPÍTULO I - O lugar da linguagem em “Viver a vida”.....	17
CAPÍTULO II - Nana: <i>Eu gostaria de viver sem falar</i> Questionamento a respeito da natureza primeira da linguagem.....	24
CAPÍTULO III - Filósofo: <i>Isto seria bom. Não seria?(...)Mas isto não é possível.</i> Questionamento a respeito do poder da linguagem.....	27
CAPÍTULO IV - Nana: <i>As palavras devem expressar apenas o que queremos dizer.</i> Questionamento sobre a natureza semântica da linguagem.....	36
CAPÍTULO V - Nana: <i>Então, falar é fatal?</i> Questionamento a respeito da função da linguagem.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

Atualmente, o alvo mais mirado pela investigação científica e filosófica das línguas é a produção do que se chama de “metalinguagem”. Tomando como ponto de partida a produção dessa supralinguagem, a filosofia científica compreende-se conseqüentemente como metalingüística. Isso soa como metafísica. Na verdade, não apenas soa como *é* metafísica. Metalingüística é a metafísica da contínua tecnização de todas as línguas, com vistas a torná-las um mero instrumento de informação capaz de funcionar interplanetariamente, ou seja, globalmente. Metalinguagem e esputinique, metalingüística e técnica de foguetes são o mesmo.

Martin Heidegger, A Essência da Linguagem, 1957

Prólogo

Pretendemos algo estranho, que gostaríamos de formular da seguinte maneira:
trazer a linguagem como linguagem para a linguagem.
Martin Heidegger

I. Interesses e objetivos

Após ter cursado as aulas de graduação do Instituto de Letras, sou requisitado a escrever um trabalho final, um texto que retome as reflexões elaboradas ao longo desta caminhada e que descreva um posicionamento frente aos conteúdos trabalhados. Recebo a tarefa de redigir um trabalho de conclusão, aquilo que antigamente se denominava *monografia*. Uma monografia, os lexemas me apontam para a etimologia da palavra, é uma escrita única, direcionada sobre um ponto bem determinado em torno do qual se traça uma delimitação e ao qual se atribui certa relevância. Tradicionalmente, a monografia se define por ser um trabalho sistemático, ao qual é empregada com rigor uma metodologia a fim de demonstrar a validade de um argumento.

Não é intenção deste trabalho aplicar metodologias para afirmar os argumentos de uma teoria estabelecida; tampouco é pretensão do autor propor uma nova teoria que venha a ser aplicada aos problemas da linguagem. Depois de cinco anos envolvido com reflexões sobre a linguagem, não é possível estabelecer um tratado; ao mesmo tempo, não acredito ser de muito valor realizar uma revisão da literatura sobre um tema delimitado, a final, foram cinco anos caminhando em torno da linguagem como um todo, não em torno de um tema delimitado. O autor toma como condição e garantia para realizar este trabalho o fato de ser estudante e de que, conforme consta no diálogo que servirá de norte para este estudo, com vinte e poucos anos tudo que se tem são migalhas. Ter migalhas não é ter tudo, tampouco é estar de mãos vazias. Logo, o objetivo deste trabalho é percorrer um trajeto imprevisto, tendo como auxílio alguns fragmentos, e como orientação, algumas decisões metodológicas que poderiam ter sido tomadas de outra forma, felizmente.

O aprendizado pelas trajetórias é mais válido que a constatação dos deslocamentos. Precisa ficar explícito que este trabalho de forma alguma é uma monografia. O autor não se

dispõe a escrever um trabalho de conclusão que se assemelhe a uma monografia, no sentido que se atribui ao somar os morfemas que compõem o vocábulo. Portanto, renuncio desde então o texto íntegro e definitivo. Ao invés da linha reta que traça a menor distância entre dois pontos, o autor percorre um caminho sinuoso e lento, pelo qual podemos conhecer o terreno e não apenas o ponto de chegada. Se não busco um esclarecimento pleno, que com sua luz pode nos deixar cegos aos fenômenos do mundo, abandono um estudo baseado em proposições, pois essas estabelecem rapidamente um ponto de chegada, e não permitem conhecer os trajetos do pensamento. Ao mesmo tempo, estamos fugindo do simples jogos de palavras. Esta escrita não é um exercício criativo, mas sim investigativo. Quem diz exercício investigativo se aproxima da atividade intelectual não como uma ferramenta, mas como uma prática que se realiza sem fins externos, tendo o aprimoramento de nossas considerações sobre determinado tema como objetivo. Não se trata de criar fórmulas nem coreografias com palavras; este trabalho dedica-se a desenvolver uma reflexão que nos permita uma aproximação da linguagem enquanto material essencialmente humano. Portanto, não recorro ao texto informativo nem à poesia, esses gêneros se referem a modos muito específicos do pensamento; para se aproximar da linguagem é preciso tomar a linguagem ela mesma e para isso prefiro rastrear um tipo de texto há tempos abandonado pela academia: o diálogo. Não se trata de um diálogo nos moldes platônicos, o que se pretende aqui é explorar um diálogo que trate e represente a natureza da linguagem. Ao invés de explorar um texto teórico ou a obra poética de um determinado autor, pretendo explorar a linguagem em ação, para tornar possível compreender a linguagem ela mesma, sem ser o invólucro de uma ideia ou de uma emoção.

Ao se direcionar para a linguagem sem a intenção de solidificar um sistema teórico que abarque uma infinidade de fenômenos, não se está de modo algum abandonando a tarefa de pesquisa e reflexão. Ao contrário do que se pensa, não é necessário um sistema fechado para se apreender o que ocorre no mundo; é preciso criar uma disposição perceptiva que esteja sempre disposta para ler o mundo enquanto fenômeno, isso é, o mundo enquanto aquilo que se apresenta para o homem. As metodologias e os objetos de pesquisas não devem nunca substituir o mundo de fato pela sua correspondente transcrição, pois é o mundo que vivenciamos e é dele que brotam os questionamentos e, portanto, é de onde devem brotar as respostas. Quando se adota essa postura fenomenológica com a linguagem, vamos dizer assim na falta de outro termo, é preciso ter em mente que a linguagem não deve ser matéria para

construto de um sistema teórico, mas deve ser uma infinita possibilidade de descobertas do Homem.

O que impulsionou este trabalho foi um interesse desinteressado por aquilo que chamamos de *linguagem*. Digo desinteressado, pois em momento algum essa busca pela compreensão da linguagem se fez alinhada a uma determinada área de pesquisa, nem mesmo às áreas mais tradicionais do curso de Letras – linguística e literatura. Tomar linguagem pela sua natureza é um projeto que não encontra um terreno fértil em campos delimitados, nem na literatura que se volta para o estudo de obra, autor e período, tampouco na linguística que transforma a linguagem em notação algorítmica. O interesse pela linguagem é algo difícil de direcionar. A linguagem não é estudo de autor e não é delimitação de unidades da língua. A linguagem é o que determina o Homem. Conceitos rasteiros da linguagem são conceitos reduzidos de humanidade.

Em uma entrevista que ficou conhecida pelo título de “Esta linguagem que faz história” (1968), Emile Benveniste (cf. 1995, p. 29) apresenta a linguística como uma tentativa de compreender a linguagem, este objeto evanescente, assim como se estudam os objetos concretos. No entanto, o linguista faz uma ressalva sobre o que seria estudar a linguagem do mesmo como a ciência estuda os objetos concretos. Segundo Benveniste, aproximar-se da linguagem não é um processo de simples formalização. Transformar fatos de linguagem em uma determinada notação pouco nos aproxima da natureza da linguagem, trata-se apenas de construir um edifício teórico que pode se apresentar de modo muito sólido, do mesmo modo que as indagações escolásticas eram consideradas extremamente pertinentes no século XII, por exemplo. Examinar a linguagem, tomando-a não como ferramenta de expressão, mas como traço necessário ao Homem, requer a confluência de pensamentos de diversas áreas. Examinar a linguagem como formulação do Homem nos impede de concluir uma pesquisa linguística em uma simples formulação matemática, e ao mesmo tempo nos obriga a estabelecer relações pertinentes com outras áreas do conhecimento. Tendo isso em mente, aproveita-se o espaço aberto no formato de prólogo, para antecipar ao leitor a diversidade teórica que compõe este trabalho. Talvez cause estranhamento a junção de referências a textos tanto do campo da linguística como da filosofia, bem como a presença de obras literárias que são trazidas à baila para a reflexão. Este trabalho se fez sob o signo do diálogo, e os autores aqui convocados, o são para dialogar, para dar solidez a ideias que isoladas seriam apenas problemas teóricos. A grande parte das leituras que aqui são recolhidas foram realizadas pelo autor ao longo de sua formação com os mais diversos interesses, portanto, a diversidade das

fontes é a marca dessas leituras. A presença de autores como Saussure, Benveniste, Heidegger, Godard e Sartre não se justifica para um exame de suas ideias próprias, o que culminaria com a produção de um trabalho de análise teórica; os autores aqui presentes trazem importantes contribuições para se olhar as questões da linguagem no mundo, mas não estão aqui para substituir a linguagem no mundo por um sistema de ideias organizadas.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de este trabalho ter sua origem em conversas. A maior parte das reflexões que seguem surgiu de conversas, algumas articuladas com amigos, colegas e professores, outras simplesmente ouvidas pelo autor ao longo de seus dias. Se fosse necessário apontar para as verdadeiras fontes deste trabalho, a bibliografia incluiria um número sem fim de conversas, filmes, aulas, exposições, sonhos, leituras, trabalhos acadêmicos, observações escolares e experiências de trabalho. Devido a essa diversidade de situações em que as questões sobre a linguagem se manifestaram na formação do autor, é impossível chamar este trabalho de uma monografia. Da mesma forma, se levarmos em conta que uma formação não se restringe ao ambiente acadêmico, não é de se esperar que a conclusão de um curso de graduação resulte em uma reflexão conclusiva, pois quando a reflexão toma parte do indivíduo é impossível abandoná-la, somos condenados a beber da mesma cicuta que matou o filósofo.

Quando solicitado a preencher um formulário burocrático para registro deste trabalho, o autor não tinha em mente título algum para atribuir aos textos que já vinha escrevendo. Na realidade, a necessidade de um título parecia-lhe bastante imprópria, afinal não considerava que seu material devesse ser considerado um trabalho que se assemelhasse ao ponto final de uma trajetória. Se não era esse um trabalho de conclusão, nem ensaio final, um título muito objetivo não lhe parecia ser o mais indicado ao que escrevia. *Reflexões sobre natureza e função da linguagem* lhe pareceu uma nomeação adequada aos textos que estava escrevendo, pois, apesar de soar como um texto pomposo e pernóstico, o título pode ser aplicado a uma infinidade de textos, o que facilita a escrita de um autor que não pretende criar um texto monográfico.

II. Metáfora e Método

As reflexões que moveram este trabalho têm como ponto de origem o filme “Viver a vida” (1962), de Jean-Luc Godard. Ao apresentar a trajetória decadente de Nana, uma aspirante à atriz que acaba por se tornar prostituta, Godard faz um ensaio a respeito da constituição humana e reserva à linguagem um quadro especial na sequência de imagens que compõe a *via-crucis* da personagem. As reflexões sobre a linguagem como fator da constituição humana estão manifestas de modo difuso ao longo de toda a obra, porém, o capítulo XII, intitulado “Fait de la philosophie sans le savoir”, apresenta, em um diálogo entre a nova prostituta e um filósofo da linguagem, um material interessante que pode servir de base para refletirmos uma série de aspectos da linguagem como traço humano.

Se o autor escolheu trabalhar a linguagem a partir de um filme de Godard, trata-se não de uma questão de gosto, mas de uma questão epistêmica. A palavra *epistême*, na língua grega, deriva etimologicamente de uma raiz que significa firmeza e estabilidade; é nesse sentido que trago o diálogo entre filósofo e prostituta como base firme – isto é, como linguagem no mundo - para alçar uma série de questionamentos inseridos na encenação. A partir dos enunciados que compõem o diálogo, formulam-se uma série de questionamentos e axiomas provisórios sobre natureza e função da linguagem.

Assim como o filme de Godard não é uma obra sobre prostituição, este não é um trabalho sobre Godard, nem sobre seu filme. Não se trata de analisar o filme ou a cena em questão. Não trago o filme em questão para uma análise de um objeto artístico/textual/linguístico. O interesse do autor é tomar o diálogo encenado pela atriz Anna Karina e pelo filósofo Brice Parain como ponto de partida de reflexões que, semelhante às do autor, se ali se fizeram presentes no formato de uma conversa, isso é, dentro da linguagem em-si. O objetivo central deste trabalho não é aproximar-se do filme de modo original, mas utilizá-lo como trampolim para alçar uma série de meditações sobre a linguagem. O diálogo do filme “Viver a vida” ocupa o centro desta discussão como uma metáfora, isso é, como uma exemplificação de questionamentos sobre a linguagem, mas como um texto que apresenta em si possibilidades de escrever a linguagem e assim nos aproximarmos dela de modo mais coerente e humano.

Tomar a cena do filme como metáfora de questões próprias da linguagem não significa pensar o diálogo como uma figura de linguagem que opere por substituição, muito menos

como a encenação de uma teoria. O conceito de metáfora nesse texto precisa ser expandido. Se tomarmos a metáfora como uma substituição, somos obrigados a considerá-la como um processo de deslocamento de um termo, o que implica o abandono de uma unidade que perdeu seu lugar, o que equivaleria a abandonar o diálogo encenado por uma teoria. O que se realiza neste trabalho não é nem uma troca, nem um *deslizamento de sentidos*. Quando me refiro à metáfora, tomo o conceito conforme ampliado por Paul Ricoeur, para o qual a metáfora não é unicamente substituição ou deslocamento; mas antes de tudo uma atividade enunciativa, isto é, um processo de criações de impertinentes semânticos (RICOEUR, c.f. 2000, p.12).

Para Ricoeur, a metáfora pode ser tomada de acordo com diversos posicionamentos ante a linguagem. Considerá-la como um processo de substituição decorre do fato de considerar a palavra como unidade da língua. Se ampliarmos nossa perspectiva sobre os fatos linguísticos e passamos a considerar a linguagem a partir do nível frasal, a metáfora deixa de ser uma substituição e passa a ser uma tensão, isso é, um jogo de covalências semânticas que fundam um significado inédito. Do ponto de vista hermenêutico, tomando a linguagem como discurso, a metáfora é considerada um agenciamento de referências dentro de enunciados, e se confirma como uma possibilidade de redescrever a realidade (ibdem, c.f. 2000, p.13).

Eis o método deste trabalho. O diálogo entre filósofo e prostituta é analisado como metáfora a partir do ponto de vista hermenêutico, isso é, como um discurso no qual são operadas referências que redescrevem a realidade da linguagem. Em um segundo momento, tomam-se os enunciados das personagens para serem avaliadas as tensões semânticas - linguagem como necessidade, possibilidade ou fatalidade - que se criam para fundar significações inéditas. Em determinados pontos, focalizamos o estudo sobre o uso de alguns termos como metáforas substitutivas que traçam um sentido novo para aquilo que denominamos linguagem.

“Bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças”, afirma Aristóteles (apud RICOEUR, 2000, p.13). O diálogo entre prostituta e filósofo da linguagem, quando tomado como metáfora, isso é, como uma possibilidade de se escrever a realidade de outra forma, é capaz de colocar a linguagem em questionamento sem a farda acadêmica, o que se assemelha muito aos questionamentos que se manifestaram ao longo da formação do autor.

III. Implicações e método

Qualquer um que se disponha a apreender qualquer aspecto da linguagem encontra o desafio primeiro de saber por onde agarrar este objeto escorregadio. Sendo um material que não permite um acesso direto, a linguagem possibilita a criação de inúmeras ferramentas que vão desde o levantamento quantitativo de unidades linguísticas até a criação poética. A complexidade do objeto, e, portanto, de seu acesso, sempre ocupou as primeiras páginas de qualquer estudo que aborde a linguagem. Saber qual a melhor porta de entrada para refletir a linguagem é tarefa sem fim, que deve ser tomada como um exercício no qual se constituem conceitos nunca fechados, que vão sendo destilados à medida que o pensamento avança. Uma reflexão implica outra, e assim nunca temos conceito estanques, mas sempre em processo, moldados às questões que se fazem presentes no mundo. A respeito do modo de se abordar a linguagem, ou melhor, por onde começar a abordá-la, trago uma reflexão de Ferdinand de Saussure, que abre a seção *Sobre a dupla essência da linguagem*, de seus *Escritos*:

Parece impossível, de fato, dar preeminência a tal ou tal verdade da linguística, de maneira a fazer dela o ponto de partida central: mas há cinco ou seis verdades fundamentais tão ligadas entre si que se pode partir indiferentemente de uma ou de outra que se chegará logicamente a todas as outras e à mais ínfima ramificação das mesmas consequências, partindo de qualquer uma dentre elas. (SAUSSURE, 2004, p. 21)

Mesmo que tracemos um caminho pelas ditas *dicotomias* de Saussure, o leitor que se interessar pelos fenômenos da linguagem em sua totalidade é capaz de perceber que os conceitos e teses elaborados pelo linguista suíço estão todos interligados, de modo que nenhum pode ser tomado como o primário. A língua não existe sem a fala e vice-versa, assim como ambas inexistem sem a noção de eixos associativo e sintagmático. Quando estamos tratando da natureza da linguagem não é possível restringir conceitos nem eleger um axioma isolado. Pode-se dizer que a tese saussuriana da linguagem se resume em algo como: *a língua é um sistema de signos em oposição*. Tal proposição, no entanto, só adquire valor de tese se somos capazes de reconstruir toda uma série de enunciados e conceitos implicados que culminam nesta frase, e não o contrário.

O primeiro problema que se apresentou para o para o autor, conforme foi dito acima, foi conferir um título ao trabalho que indicasse o posicionamento que seria tomado em suas investigações sobre linguagem, ou seja, como esse estranho objeto seria apanhado. *Reflexões sobre natureza e função da linguagem*. O título contém em si, um dos traços fundamentais que organiza este trabalho: a implicação. Natureza e função são conceitos imbricados, um implica o outro. A palavra natureza é utilizada para definir este trabalho não como uma análise lingüística de um determinado fenômeno, mas como uma pergunta sobre que tipo de coisa a linguagem é. Trata-se de uma pergunta sem resposta, mas que não deve deixar de ser feita, sob pena de cairmos em um programa de esclarecimentos sem propósito. Falar na natureza de algo é dizer como esse se comporta, é examinar suas ações, que, para nós seres humanos, podem ser vistas como funções. Não se trata, portanto, de enumerar as possíveis funções desempenhadas pela linguagem quando um sujeito faz uso dela. Essa tarefa já foi muito bem realizada pelas teorias pragmáticas e pelo brilhante estudo de Jakobson sobre as diferentes funções dos enunciados. O que se propõem aqui é buscar a função imediata da linguagem, em outras palavras, delinea-se a natureza desse objeto e pergunta-se: o que isso faz? Obviamente essa sequência apresentada não deve ser tomada como uma ordem de eventos dispostos no tempo, mas sim como momentos lógicos, em que cada conceito implica o outro, afinal, natureza e função são inconcebíveis, neste trabalho, uma sem a outra.

Neste trabalho não será dada preeminência a nenhuma verdade da linguística, visto que não é objetivo do autor fundamentar um sistema teórico que confirme um axioma. Parte-se de um fenômeno linguístico - o diálogo encontrado no filme “Viver a vida”, e sobre as afirmações e negações que emergem desse texto, serão trabalhadas diversas verdades metafóricas, ou melhor, formas de se descrever e apontar para a linguagem. Assim como Saussure afirma que “pode-se partir de qualquer verdade linguística que se chegará logicamente a todas as outras”, acredito que as enunciações que se apresentam no diálogo de Godard encaminham uma reflexão à outra.

A fim de deixar o caminho percorrido pelo autor mais claro, antecipa-se a ordem em que as reflexões serão trabalhadas. No primeiro capítulo, o diálogo entre prostituta e filósofo é localizado dentro do quadro geral do filme “Viver a vida”, explicitando o papel central que a linguagem ocupa nessa cena e que peso ela tem na obra como um todo. Num segundo momento, a partir do enunciado de Nana – “Eu gostaria de viver sem falar”, é desenvolvida a primeira meditação a respeito da possibilidade de realização de tal desejo e sua relação com o aspecto mais primordial da linguagem: sua natureza processual. Em seguida, nosso

questionamento volta-se para aquilo que comumente se denomina como *poder da linguagem*; para tanto se faz uma análise da impossibilidade de se viver sem falar. No capítulo quatro, a investigação metafórica empreendida se dá com base na reclamação de Nana – “As palavras devem expressar apenas o que queremos dizer”. Neste momento, as facetas da natureza semântica da linguagem são visualizadas articulando os vocábulos *expressar* e de *querer dizer* como categorias nocionais. A guisa de conclusão, a pergunta – “Então, falar é fatal?” – serve como ponto de partida para se definir a função primeira da linguagem e dar fim à esta caminhada investigativa que pretende unir linguagem e vida.

CAPÍTULO 1

O lugar da linguagem em “Viver a vida”

O diálogo que impulsiona as reflexões deste trabalho apresenta-se absolutamente despido de objetividade e academicismo. A ausência dessas características assegura que o texto aqui presente não recaia em uma análise puramente teórica, ou em uma meta-análise da linguagem. Como já foi dito, o diálogo em questão foi extraído do filme “Viver a vida” (1962), de Jean Luc-Godard, que apresenta a *via crucius* de Nana (personagem interpretada por Anna Karina) no universo da prostituição parisiense.

Conforme aponta a crítica Susan Sontag (1987), que considerava esse o melhor de Godard até o momento, “Viver a vida” apresenta-se como um *elemento de prova*, isto é, uma obra que utiliza as técnicas cinematográficas para apresentar de forma irrefutável algo ocorrido ficcionalmente. Por mais paradoxal que isso se pareça, ao assistirmos o filme ficamos cientes de que é apenas pelo se mostrar que a obra se constitui, e não pelas explicações das circunstâncias nas quais as ações transcorrem. Não há espaço para análise e explicações quando se está disposto a trazer provas de um acontecimento, não é necessário recorrer a exames, pois a simples exposição das cenas basta. No filme não é apresentada em momento algum a motivação da personagem para recorrer à prostituição. Sabemos que Nana é uma aspirante à atriz que abandonou marido e filho, apenas isso.

Mostrar *que* algo aconteceu e não *por que* aconteceu exige da obra de arte um desenvolvimento formal que se preste a uma infinita exposição. Uma forma que permita ao espectador ler, remeter ao conceito e retornar ao objeto inúmeras vezes. Para que a exposição, e não a lógica explicativa, se faça presente no filme, as noções de causalidade e perspectivas lineares são abandonadas. O filme é apresentado de modo fragmentado, organizado em doze capítulos que se relacionam entre si de forma serial e não causal. A partir de suas formulações estruturais, o filme pode ser lido como um experimentalismo com diversas linguagens. Além dos aspectos de edição como os cortes pulados, o filme apresenta um mosaico de textos nos mais diversos formatos: cartas, contos, citações, outros filmes da época, músicas, trechos de livros e diálogos, o que fragmenta quaisquer perspectivas totalizantes. Desse modo, o que o espectador tem diante de si é um elemento de prova, uma obra que diz: esta história aconteceu; mas em momento algum a obra se presta a dar explicações (SONTAG, 1987).

Godard sempre demonstrou interesse pelos estudos da linguagem. Nos anos 40 e 50, frequentou cursos de antropologia e etnologia na Sorbonne, onde travou contato com Brice Parain, o filósofo da linguagem que aparece no filme “Viver a vida” interpretando a si mesmo. Em seu primeiro artigo sobre cinema, Godard cita Parain: “Le signe nous oblige à nous figurer un objet de sa signification”. Tal afirmação viria a se tornar o axioma teórico de sua produção artística (GRØNGAARD, 2001).

Os filmes de Godard, em sua grande maioria, são produtos de uma dupla articulação entre som e imagem, entre palavra e gesto. Por vezes, temos a sensação de que a câmera está projetada para impedir a visão da cena, e nestes momentos percebemos apenas as palavras das personagens. A linguagem ocupa a cena como personagem principal. Na primeira cena de “Viver a vida”, Nana está sentada em um balcão junto a um homem, que descobrimos ser seu ex-marido. Ambos estão de costas para a câmera, restando ao espectador apenas o diálogo entre eles. Ouvindo este diálogo, que se iniciou antes da cena nos ser projetada, nos deparamos com uma frase de Nana que ecoa no restante do filme: “Quanto mais você fala, menos as palavras significam”.

Essa é a primeira de diversas afirmações que no decorrer das cenas apresentam um processo de esvaziamento de significado. Além de ser um aforismo a ser observado do ponto de vista semântico e discursivo, a sentença pode ser reunida junto a outras que a personagem pronuncia ao longo do filme, tais como: “Quero morrer” e “Gostaria de ser outra pessoa”, que apresentam um esvaziamento de sentido extremado. Já não estamos mais nos referindo a um processo puramente semântico, mas continuamos a lidar com o tema do esvaziamento, neste caso, da vida da personagem. Academicamente diríamos ser definitivamente necessário diferenciar esvaziamentos semânticos e esvaziamentos de sentido, no entanto, este trabalho não propõe conceitos isolados; a idéia é justamente o inverso, trata-se de investigar a relação entre linguagem e vida, o que une a semântica linguística a uma semântica da existência.

Em “Place du Châtelet – L’inconnu – Nana - Fait de la philosophie sans le savoir”, o capítulo XI de “Viver a vida”, Nana aproxima-se de um homem em um bar e, ao descobrir tratar-se de um filósofo, inicia uma conversa que mais parece uma reclamação a respeito das imposições da linguagem sobre o homem. Como o trabalho se baseia nos enunciados dessa cena, apresento aqui a transcrição do diálogo entre prostituta e filósofo para que seja possível uma melhor compreensão das assertivas e negações trocadas entre as personagens. Conforme se verifica na leitura, inúmeros são os enunciados que acenam para questões da linguagem, no

entanto, as condições de escrita deste trabalho fizeram com que o autor selecionasse apenas alguns para serem trabalhados, deixando o restante do diálogo para um futuro estudo. As falas que serão discutidas nos próximos capítulos são apresentadas em destaque, o que não significa que outras passagens do texto não o mereçam.

(Nana está sentada em uma mesa em um bar. Acende um cigarro e olha para a mesa ao lado. No início da conversa, vemos apenas Nana, a imagem do filósofo ainda não foi enquadrada.)

Nana: Se incomoda se eu olhar?

Filósofo: Não.

Nana: Você tem um olhar entediado.

Filósofo: De modo algum.

N: O que está fazendo?

F: Estou lendo.

N: Me pagaria uma bebida?

(Nana deixa sua mesa e se junta ao Filósofo. A partir de agora as falas são acompanhadas pelo movimento da câmera que troca o rosto de Nana e do Filósofo de acordo com suas falas)

F: Se você quiser.

N: Você vem sempre aqui?

F: Não. Hoje, por acaso.

N: Por que está lendo?

F: É o meu trabalho.

N: É estranho. De repente não sei o que dizer, sempre acontece comigo. (A câmera se volta para o rosto de Nana em perfil) Eu reflito sobre o que quero dizer. Estou pensando sobre o tempo, é isso que quero dizer. Mas quando vem o momento de falar, eu não falo.

F: Sim, claro. Você leu “Os três Mosqueteiros”?

N: Já vi o filme. Por quê?

F: Por que nele, Porthos ... vinte anos se passaram.

Porthos, alto, forte, um pouco burro... que nunca pensava em sua vida.

Ele tinha que colocar uma bomba no celeiro para explodir tudo. Ele o fez. Ele coloca a bomba, acendo o pavio então, sai correndo, é claro. Mas de repente e começa a pensar. Então? Como é possível colocar um pé antes do outro? Você deve ter pensado sobre isso, também. Ele para de correr, não consegue continuar. Não consegue se mover para frente. A bomba explode e o celeiro cai em cima dele. Ele o segura com seus ombros. Mas depois de um dia, ou talvez dois, ele é esmagado até a morte. A primeira vez que ele pensou, ele morreu.

N: Por que está me contando esta história?

F: Nenhuma razão, só por contar.

N: **Por que alguém tem sempre que falar?** Muitas vezes não deveria falar, e sim ficar em silêncio. **Por mais que alguém fale, menos as palavras significam.**

F: Talvez, mas alguém pode?

N: Eu não sei.

F: **Eu acho que não podemos viver sem falar.**

N: Então é isso: **eu gostaria de viver sem falar.**

F: **Isto seria bom. Não seria?** É como amar alguém ainda mais. **Mas isto não é possível.**

N: Por que? **As palavras devem expressar apenas o que queremos dizer. Elas nos traem?**

F: **Mas nós as traímos, também!** Devemos ser capazes de dizer o que queremos, como já foi feito com a boa escrita. Penso: é extraordinário que alguém como Platão... ainda possa ser compreendido. Ele escreveu em grego, há 2500 anos. Ninguém realmente sabe a língua daquela época, ao menos exatamente. Mas ainda assim se passa alguma coisa, então devemos ser capazes de nos expressar. E nós devemos. E nós precisamos.

N: Por que devemos? Para entender uns aos outros?

F: Nós precisamos pensar, e para pensar precisamos das palavras. Não há outro caminho para pensar. Para nos comunicar, precisamos falar. Esta é a nossa vida.

N: Sim, mas ao mesmo tempo isso é muito difícil. Eu acho que a vida deveria ser fácil. Sua conversa sobre “Os Três Mosqueteiros” daria uma boa história. Mas é terrível.

F: Sim, mas isso é uma indicação. Eu acredito que... se aprende a falar bem quando se renuncia a vida por um tempo. Esse é o preço.

N: **Então, falar é fatal?**

F: **Falar é quase uma ressurreição em relação à vida.** Quando falamos é uma outra vida, diferente de quando não falamos. Então, para viver falando... deve-se passar pela morte da vida sem palavras. Eu talvez não esteja me expressando claramente, mas... existe uma regra ascética que te impede de falar bem... até que vejamos a vida com desapego.

N: Mas alguém não pode viver a vida com... Eu não sei.

F: Com desinteresse. Sim, mas nós balanceamos, é por isso que devemos passar do silêncio para as palavras. Oscilamos entre os dois, porque esse é o movimento da vida. Da vida cotidiana nos elevamos a uma vida que chamamos de superior, é a vida do pensamento. Mas essa vida pressupõe a morte da vida cotidiana, a vida mais elementar.

N: Então, pensar e falar se parecem?

F: Eu acredito que sim. Platão já disse, isso é uma velha idéia. Alguém não pode distinguir o pensamento das palavras que o expressam. Analisando a consciência, você não consegue separar o momento de pensar das palavras.

N: Então, falando a gente arrisca mentir?

F: Mentiras também são parte de nossa busca. Há pouca diferença entre erro e mentira. Eu não quero dizer mentiras comuns: eu prometo ir amanhã, mas não vou porque não queria... Entende? Esses são truques. Mas uma mentira sutil é pouco distante de um erro. A gente procura e não encontra a palavra certa. É por isso que você não conseguia saber o que ia dizer. Você tinha medo de não encontrar a palavra certa. Eu acho que é isso.

N: Como alguém ter certeza de ter encontrado a palavra certa?

F: Deve trabalhar. É necessário um esforço. Deve-se falar num modo que é certo, que não machuque... diga o que há para ser dito, faça o que tem que ser feito, sem machucar ou ferir.

N: Deve-se tentar ser de boa fé. Uma vez alguém me disse: há verdade em tudo, até nos erros.

F: Isso é verdade. A França não viu isso no século XVII. Eles pensavam que podiam evitar erros... e ainda mais, que poderiam viver sempre na verdade. Creio que isso não é possível. Então há Kant, Hegel, a filosofia alemã: para nos conduzir à vida e nos fazer ver que precisamos passar pelos erros para chegar na verdade.

N: O que você pensa do amor?

(Ouve-se a música tema do filme no fundo)

F: O corpo tinha que chegar nisso. Leibniz introduziu o contingente: verdades contingentes e verdades necessárias fazem a vida cotidiana. Aos poucos chegamos na filosofia alemã onde pensamos na vida com os erros da vida, com as servitudes da vida, e deve-se lidar com isso, é verdade.

N: O amor não deveria ser a única verdade?

F: Para isso, o amor deveria ser sempre verdadeiro. Você sabe de alguém saiba de cara quem ele ama? Não é verdade. **Quando se tem vinte anos, você não sabe o que ama. Você sabe migalhas, se agarra na sua experiência.** Quando você diz “eu amo isso”, é sempre um romance impuro. Mas para ser constituído inteiramente pelo que se ama, é preciso maturidade. Isso significa procurar. Essa é a verdade da vida. É por isso que o amor é uma solução, na condição de que seja verdadeiro. (GODARD, 2005)

Apesar de o filme ter seu roteiro baseado no estudo “Ou En Est La Prostitution” de Marcel Sacotte (1959), não trata de uma obra sobre a prostituição em si. A prostituição é tratada como objeto no qual se investiga aquilo de que podemos abrir mão em uma vida. A frase de Montaigne que abre o filme – “Il faut se prêter aux autres et se donner à soi-même” - é posta em cheque pelas ações da personagem. Em sua trajetória decadente, Nana empresta-se aos outros através da prostituição, e nada resta para ser doado a si mesma. A cada capítulo do filme, Nana abandona uma parte de si. É nesse sentido que me refiro a um processo de esvaziamento. Na primeira cena, há a perda do ex-marido e do filho. No capítulo seguinte, a protagonista está sem dinheiro. No terceiro *tableaux*, o seu possível agente se mostra pouco disponível para lhe dar uma chance como atriz. Após isso ela é interrogada pela polícia a respeito do furto de mil francos. Nessa cena descobrimos seu sobrenome – Kleinfrankenheim – que é soletrado lentamente para o escrivão, como alguém que perdeu a fala e só lida com fragmentos da língua. Os quatro capítulos seguintes focam a vida de Nana como prostituta, seus hábitos e seus deveres com o seu agente.

Godard não está interessado nem na psicologia nem na sociologia da prostituição. Ele escolhe a prostituição como a mais radical das metáforas da separação dos elementos de uma vida – um campo de prova, um cadinho para o estudo daquilo que é essencial e do que é supérfluo numa vida. (SONTAG, 1987, p.236)

Neste estudo de análise e classificação do que é de fato essencial e o que é supérfluo em uma vida, a linguagem tem sua vez. É possível viver sem a linguagem? A cena do diálogo com o filósofo compõe o penúltimo capítulo do filme. Nas cenas que seguem, a personagem não fala, e, como finalização, Nana é morta no meio da rua durante um mal entendido entre seu agente e outros cafetões. Seria então a linguagem o último elemento do qual é impossível abrir mão? O diálogo a ser mapeado parece ser o último estágio do esvaziamento existencial de Nana, que havia iniciado com o abandono da família e que culmina com seu desejo irrealizável, mas que apenas por existir desperta interesse, de abandonar a linguagem.

CAPÍTULO 2

Nana: *Eu gostaria de viver sem falar*

Questionamento a respeito da natureza primeira da linguagem.

Há algo de desconfortável nesta frase de Nana. Acredito que seja sua semelhança ao desejo do suicida; viver sem falar é afastar-se da vida. É comum desejarmos o silêncio, no entanto, viver sem falar não nos parece uma existência confortável. Sabemos que um cego está privado da vivência no universo visual, assim como um surdo é privado do universo auditivo, mas não conseguimos imaginar a vida privada de linguagem. Todos nossos exercícios imaginativos, que verificamos nas histórias infantis, de atribuição de vida aos objetos se baseiam na ideia de que esses só adquirem vida se possuem linguagem. Só temos a certeza de que o boneco de madeira tomou vida quando esse começou a falar. Aquilo que não foi tocado pela linguagem não possui uma existência próxima do humano. Propor-se a imaginar o desejo de uma vida em silêncio é um exercício intelectualmente constrangedor, pois somos colocados frente aos limites do humano, e não sabemos para o que apontar quando somos solicitados a justificar nosso modo de existir.

Dentro da tragédia de Godard, a personagem, que abdicou da família e da privacidade do corpo, percorre sua trajetória descendente de modo irrefletido e sem justificativa, logo o abandono da linguagem não lhe parece absurdo, assim como não lhe pareceu absurdo entrar para o mundo da prostituição. Nós, espectadores da tragédia, não conseguimos enxergar esses atos com os mesmo olhos. Tais atitudes nos causam um sentimento de piedade, mas de formas distintas. Por mais doloroso que seja, sabemos que o abandono da família e a prostituição são práticas existentes, mas o abandono da linguagem nos soa como algo cômico, antes de ser trágico. Conforme dito acima, o desejo de viver em silêncio não cabe em nossas imagens de vida humana. Uma vez dentro da linguagem é impossível abandoná-la.

Fala-se muito em linguagem e pouco se diz de fato que coisa ela é. Não tenho a pretensão de responder essa pergunta de forma definitiva, pois não se trataria de uma resposta, apenas de uma proposta teórica. Acredito que a pergunta – o que é a linguagem? – é sem resposta, mas não pode deixar de ser feita, visto que ela responde em grande parte a questão – o que é o ser humano? A fim de dar continuidade à reflexão, proponho que não nos empenhemos em dar uma resposta fixa a essa pergunta, mas que nos direcionemos ao problema com a pergunta reformulada – que tipo de coisa é a linguagem?

A linguagem não é coisa para a qual se aponta, não tem extensão. A linguagem não são as línguas, pois essas são um dos meios da linguagem, uma porta de entrada, mas não a linguagem propriamente dita. Essa coisa amorfa que se manifesta em diversos processos simbólicos, dentro dos quais encontramos a língua, tem sua natureza melhor observada se a tomamos como um fenômeno, como uma coisa que *ocorre*, e não simplesmente como algo que *é*. Sendo a linguagem algo que só verificamos nas atividades humanas, nada mais sensato do que passar a considerá-la como uma atividade, como fenômeno presente no homem e para o homem.

O homem fala. Falamos quando acordado e em sonho. Falamos continuamente. Falamos mesmo quando não deixamos soar nenhuma palavra. Falamos quando ouvimos e lemos. Falamos igualmente quando não ouvimos e não lemos e, ao invés, realizamos um trabalho ou ficamos à toa. Falamos sempre de um jeito ou de outro. Falamos porque nos é natural. Falar não provém de uma vontade especial. Costuma-se dizer que por natureza o homem possui linguagem. Guarda-se a concepção de que, à diferença da planta e do animal, o homem é o ser vivo dotado de linguagem. Essa definição não diz apenas que dentre muitas outras faculdades o homem também possui a de falar. Nela se diz que a linguagem é o que faculta o homem a ser o ser vivo que ele é enquanto homem. Enquanto aquele que fala, o homem é: homem. Essas palavras são de Wilhelm von Humboldt. Mas ainda resta pensar o que se chama assim: o homem. (HEIDEGGER, 2008a p.7)

Dentre as diversas formas que o pensamento ocidental se dedicou a analisar linguagem, pode-se constatar que a maioria das ciências que se desenvolveram em torno desse propósito tem a linguagem como objeto a ser analisado em função de algo externo à linguagem. Assim opera a gramática, a crítica literária, grande parte das teorias da literatura e da linguística, bem como a maioria das reflexões sobre o ensino de línguas. Todas essas ciências se dedicam a objetos outros – o bem falar, a literariedade, o estilo, o arranjo sintagmático, a distribuição dos fonemas, o letramento -, que não são a linguagem propriamente dita; são construtos teóricos que encontram um espaço de existência muito restrito no mundo dos fenômenos da linguagem no mundo. Com essa lucidez, o filósofo Martin Heidegger propõe que nos esforcemos a tomar a linguagem por aquilo que ela é em si, não objetivada segundo modelos teóricos, mas explicitada pela sua natureza. O filósofo afirma que a linguagem é, sobretudo, um

acontecimento, e nunca um objeto; um verbo e não um substantivo. A linguagem não é; a linguagem *fala*.

As palavras um tanto quanto tautológicas de Martin Heidegger apresentam dois aspectos centrais da linguagem – seu caráter de atividade e de essencialidade do homem. *O homem fala. Falamos continuamente*. A linguagem é algo que acompanha a vida humana em sua totalidade, mesmo no silêncio e nos momentos de inatividade. *Falar não provém de uma vontade especial*. Não é necessário colocar-se em uma posição específica para fazer uso da linguagem, pois ela é natural ao ser humano, estamos desde sempre na posição de falantes. Quando se afirma que *o homem é o ser vivo dotado de linguagem*, o artigo definido frente à palavra *ser* designa não apenas o fato da existência da linguagem nesse ser, mas coloca a linguagem como sendo aquilo que permite ao homem ser o que ele é. Dizer que o homem é um ser que fala implica colocar o homem em constante atividade linguística. A linguagem não é algo que se possui, mas algo que se coloca em ação. O traço humano é, portanto, um verbo. *O homem fala*. A linguagem é o que se opera para se ser um ser humano, logo a linguagem é inconcebível como coisa estável.

Tendo em vista que a linguagem é algo que se processa, que permite ao homem ser o que ele é por meio de uma atividade, retomemos o desejo da personagem Nana. *Gostaria de viver sem falar*. Sabemos de antemão que a réplica a esse enunciado é uma sentença negativa que apresenta a impossibilidade de realização desse desejo. Mas o interesse aqui não é simplesmente dar uma resposta, mas investigar o que nos faz dar esse tipo de resposta. Viver sem falar nos parece inviável pelo fato de a linguagem ser o principal ingrediente humano. Ao afirmarmos que a linguagem é a atividade que define o homem, ao mesmo tempo dizemos que esta é uma atividade da qual o homem não escapa. A linguagem não é obrigação, é necessidade, e a necessidade se faz senhora.

CAPÍTULO 3

Filósofo: *Isto seria bom. Não seria? (...) Mas isto não é possível.*

Questionamento a respeito do poder da linguagem.

Única é a condição do homem na linguagem.
Benveniste

Somente em um filme é possível conceber o desejo de não falar como proposta de vida. Num diálogo travado entre sujeitos reais, o enunciado “Gostaria de viver sem falar” seria tomado apenas como expressão de um incômodo momentâneo, não como um posicionamento existencial. No entanto, esta investigação não está disposta a analisar as possibilidades de realização empírica da expressão de um desejo que se verifica apenas como uma reclamação. Conforme consta no prólogo deste texto, os enunciados pescados do diálogo são tratados como metáforas para alçar algumas reflexões sobre a linguagem. Se não for mantido o efeito de metáfora como acesso à reflexão, não é possível colocar as ideias em marcha, e todas as meditações aqui desenvolvidas podem ser tomadas como rodeios sem propósito. Por outro lado, se nos disponibilizarmos a avaliar os enunciados deslocados para uma reflexão sobre a natureza da linguagem, somos inevitavelmente obrigados a levantar voz contra o desejo de Nana, pois nos é impossível admitir uma vida humana que não se prenda à linguagem.

Ao dizer “Eu descobri que não podemos viver sem falar”, antes mesmo de Nana expressar seu desejo, o filósofo apresenta o caminho a ser percorrido para se chegar à natureza da linguagem. O primeiro passo para se aproximar da linguagem em si é tomá-la como processo do qual não é possível abrir mão. A negação direta da possibilidade de viver sem falar, proferida pelo filósofo – “Isso é impossível” -, não deve ser tomada como mais um diagnóstico da obviedade. A questão não está simplesmente em dizer que viver sem falar é uma impossibilidade; mas em saber por que dizemos isso, em coro com o filósofo, com tanta certeza.

Retomando as palavras de Heidegger, um exímio examinador de tautologias, conseguimos visualizar o porquê de nossa resposta negativa ao desejo de Nana. Se a linguagem, como havíamos visto na seção anterior, é um processo que ocorre no homem – “o homem fala” –, é possível dizer que a linguagem habita o homem. No entanto, não é isso que se lê no texto do filósofo. A idéia de habitação persiste, mas invertem-se os papeis da metáfora:

A linguagem é: linguagem. A linguagem fala. Caindo no abismo dessa frase, não nos precipitamos todavia num nada. Caímos para o alto. Essa altura entreabre uma profundidade. Altura e profundidade dimensionam um lugar onde gostaríamos de nos sentir em casa a fim de encontrar uma morada para a essência do homem. (HEIDEGGER, 2008a, p.10)

Ao tomar a linguagem por si só, como atividade e não como ferramenta para uma finalidade externa, corre-se o risco de tomar a linguagem como um nada que se sustenta. No entanto, o filósofo inverte essa queda – caímos para o alto -, e a coisa indefinida que é a linguagem é na realidade um lugar paradoxal, estruturado por altura e profundidade onde o homem deseja fixar a morada de sua essência. Portanto, não é a linguagem que habita o homem, e sim o contrário. O homem não pode expulsar a linguagem de si, e somente quando habita essa estranha profundidade da linguagem é que ele pode ser Homem. Portanto, é impossível viver sem falar.

Com o auxílio do texto filosófico, visualizamos a linguagem como um ambiente que envolve a existência humana. É importante metaforizar a linguagem como um local, um território, mas nunca como uma planta ou um mapa, pois nada há de homogêneo e preciso na linguagem. Tudo nela é efêmero e indefinido. Essas particularidades difusas são o que possibilita o homem projetar-se de diversos modos, não sendo obrigado a constituir o seu universo de ação apenas de uma maneira. Ao mesmo tempo, pela presença de particularidades constantes da linguagem, o homem é impedido de permanecer num vazio de possibilidades. A presença de constância e contingência na linguagem é o que justifica a metáfora paradoxal que Heidegger utiliza para redescrever a linguagem - um espaço que se abre a partir de uma queda para cima, estruturado por altura e profundidade.

O terreno da linguagem, que se concretiza no mapa da língua, não está à espera das ações do homem; o sujeito, a medida que avança, configura o território da linguagem, sempre inédito e fugaz, e ao habitá-lo se faz Homem. A linguagem é o terreno movediço onde nossa existência encontra abrigo. Tudo que é próprio do homem se desenvolve na linguagem; aquilo que o homem opera sem linguagem não lhe é exclusivo. Por mais instável que seja esse chão, sempre nos será negada a porta de saída. “A linguagem humana é sem exterior” (BARTHES, 1980, p. 15), ela é um todo que oferece inúmeras possibilidades de ação e proíbe a não ação.

Como seres que habitam a linguagem, somos obrigados a pagar os tributos cobrados nesse território, somos obrigados a falar.

Falamos então da linguagem como morada do humano. Do mesmo modo que a terra e a natureza impõem limites às ações do homem, é de se esperar que a linguagem, o território das ações humanas, exerça alguma força sobre seus habitantes. Do mesmo modo que falamos da força da natureza, é possível falar da força da linguagem. Do mesmo modo que a expressão *força da natureza* pode ser utilizada para se referir à energia produtiva que há na germinação de uma semente ou à destrutividade de um tufão, a *força da linguagem* apresenta um aspecto ambíguo a ser avaliado.

Roland Barthes, em sua célebre aula inaugural de 1977, identifica a linguagem como o “objeto no qual se inscreve o poder” (ibidem, 1980, p.12). Poder assemelha-se à força; poder não indica simplesmente uma autoridade institucional. O termo *poder* está semanticamente muito próximo de *possibilidade*, ou *virtualidade*, que tem em sua raiz latina o termo *virtus*, que significa força. Poder e possibilidade são palavras que escondem uma correspondência bastante peculiar. Na língua portuguesa, a palavra *poder* admite uma análise tanto sob a forma de substantivo bem como sob a forma de verbo, o que faz com que o conteúdo do termo se modifique por inteiro.

Assumindo *poder* como substantivo, topamos com frases em que *poder* é algo que se possui. Assim sendo, *poder* se aproxima de conceitos como domínio, influência e força. O *poder*, nessa acepção, se constitui sobre algo exterior, sobre o qual o possuidor do poder exerce uma determinada ação. Não é sem motivos que sempre complementamos esse substantivo com preposições que especificam essa coisa externa sobre a qual atua o possuidor do poder: poder *de*, poder *para*, poder *sobre* alguma coisa ou pessoa.

Sob a forma verbal, *poder* aproxima-se da noção de *possibilidade*, palavra também de conteúdo bastante vasto. Analisar a palavra *poder* sob a forma de um verbo, permite uma melhor visualização daquilo que se denomina, de modo tão difundido, como *poder da linguagem*, denominado anteriormente *força da linguagem*. Diferente do *poder* na forma substantiva, o verbo *poder* tem um significado que remete à liberdade de possibilidades, à existência de uma contingência. A noção de possibilidade é sempre expressa de modo ambíguo, o que significa dizer que possibilidade – aquilo que é contido na forma verbal de poder – não existe sem a noção de poder impositivo – aquilo que se manifesta na forma substantiva. Dizer “eu posso”, significa tanto o domínio de uma situação através de

capacidade ou autoridade quanto a possibilidade – o ser permitido pelas condições de mundo – para tornar algo que existe como idéia em realidade. Em resumo, a palavra *poder* denomina ao mesmo tempo capacidade e permissão de realização, habilidade para fazer e oportunidade para se fazer.

Quem fala *poder da linguagem* se refere tanto ao conteúdo explicitado por *poder* em sua forma substantiva como em sua forma verbal. Dizer “Viva tudo que você puder” é um conselho com a sabedoria dos antigos oráculos.¹ O aconselhado hesitará entre viver tudo o que ele é capaz ou viver tudo aquilo que o mundo lhe permitir. Poder é oferta e imposição, é ao mesmo tempo dádiva e cobrança - duas facetas da linguagem que criam o espaço complicado onde o indivíduo estabelece sua morada como Homem. A linguagem é de fato a queda para cima, o espaço que tem altura e profundidade como dimensões.

Retomando a aula inaugural de Barthes, percebe-se que o poder, esse mecanismo ambíguo de ordenação das ações humanas permeia todos os campos sociais, não apenas aquilo que é institucionalizado, pelo fato de que o poder

(...) é o parasita de um organismo transsocial, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. (BARTHES, 1980 p. 11-12)

Somando as ideias de que a linguagem é o que possibilita ao homem ser o ser que é, e que é na linguagem que o poder se instaura, conclui-se que a existência humana é determinada pelo *poder da língua* do mesmo modo que sua existência no mundo é modelada pelas *forças da natureza*. Como foi dito anteriormente, a *força da natureza* é o sublime que se contempla tanto em uma fruta que amadurece como em um raio que fulmina. Do mesmo modo, *poder da linguagem* pode ser visto com aspecto de sublime, visto que ele possibilita e determina atividade linguística do Homem. A linguagem apresenta uma natureza ambígua – que configura poder e servidão – conferindo de modo complexo uma morada para o indivíduo fazer-se Homem. Outro espaço para existência humana não há.

¹ Tal conselho não é inédito, ele aparece no diálogo entre Lambert Strether e John Bilham no livro “The Ambassadors” (1903), de Henry James.

Na língua, portanto, servidão e poder se confundem inelutavelmente. Se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter a ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem. Infelizmente, a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado. (BARTHES, 1980, p.15)

Nossa servidão à linguagem, isto é, a armadilha na qual estamos presos quando falamos, está no fato de que somos obrigados a falar conforme um código. É obrigatório indicar tempo, pessoa e modo para se designar uma ação. É preciso marcar número e gênero para se criar uma pessoa na fala.

Em nossa língua francesa (e esses são exemplos grosseiros), vejo-me adstrito a colocar-me primeiramente como sujeito, antes de enunciar a ação que, desde então, será apenas meu atributo: o que faço não é mais do que a consequência e a consecução do que sou; da mesma maneira, sou obrigado a escolher sempre entre o masculino e o feminino, o neutro e o complexo me são proibidos; do mesmo modo, ainda, sou obrigado a marcar minha relação com o outro recorrendo quer ao *tu*, quer ao *vous*; o suspense afetivo ou social me é recusado. (ibidem, 1980, p.12)

Além de cumprir com as obrigações de respeitar a estrutura da língua, o falante está convocado a marcar-se como sujeito. Este é um momento bastante interessante para se redescrever o *poder da linguagem*, pois no uso dos pronomes é possível visualizar tanto a armadilha como a benção que a linguagem é para o homem. Ao mesmo tempo em que caímos na armadilha de sermos falantes obedientes de uma língua, recebemos a dádiva de criar um universo de sentido no qual inserimos a nossa existência. Uma rápida análise do emprego dos pronomes pessoais nos possibilita visualizar esse aspecto da natureza ambígua da linguagem.

Enquanto estrutura, a língua nos obriga a utilizar uma tríade – eu-tu/ele – de signos vazios, isso é, sem referência extensa, para estabelecer as noções de interior e exterior, próprio e alheio, sem as quais a noção de sujeito jamais se formaria. A benção que o indivíduo recebe ao operar o tripé dos pronomes é explorada por Emile Benveniste, no texto “A natureza dos pronomes” (1956). Ao examinar o funcionamento dos pronomes pessoais, Benveniste constata que na enunciação desses signos ocorre um processo de definição dos papéis de locução e alocução que coloca o sujeito como centro de seu discurso. No momento em que o

indivíduo enuncia “eu”, ele é capaz de formular uma subjetividade. Quando enuncio “eu”, sou capaz de conceber a mim mesmo como ser que está para além da referência que fazem a mim por um gesto ou pelo meu nome. Sou capaz de apontar para mim mesmo, o que permite estabelecer a noção de uma unidade psíquica capaz de manter-se sólida e constante. Por me submeter a um sistema que me obriga a referir a mim mesmo através de um signo vazio, sou capaz de acordar todos os dias com a consciência de que sou a mesma pessoa do dia anterior, antes mesmo de que os outros chamem por mim.

A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. (BENVENISTE, 2005, p.286)

Sendo a linguagem um dispositivo que confere a consciência de si ao sujeito, tomamos a linguagem como uma dádiva. Mas essa dádiva só se manifesta quando o indivíduo se faz obediente ao sistema da língua. Sem a utilização desses signos vazios do tripé dos pronomes, o indivíduo não se faz sujeito. Temos aqui uma clara exposição da mistura de servidão e senhor que constitui a natureza ambígua da linguagem. O *poder da linguagem* não se apresenta apenas como uma ordem a ser imposta, mas também como a uma possibilidade de existência ao Homem como o ser que ele é. A linguagem é um poder sobre o homem, e ao mesmo tempo esse poder, e jamais outro, está nas mãos do homem. A linguagem obriga o indivíduo a enunciar “eu” (qualquer outro signo será recalcado), para se referir a si mesmo; cumprido esse requisito, o indivíduo está apto a se conceber como sujeito.

Se cada locutor, para exprimir sentimento que tem de sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um “indicativo” distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu dispositivo próprio), haveria praticamente tantas línguas quanto indivíduos, e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta a instância de seu próprio discurso. Este signo está, pois, ligado ao *exercício* da

linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. (BENVENISTE, 2005, p.281)

Semelhante ao pensamento de Benveniste, vemos em Barthes que a partir do momento em que me marco como “eu”, sujeito enunciativo, a ação desse enunciado passa a ser meu atributo. Essa tomada de posição como sujeito é a primeira necessidade à que nos submetemos quando entramos no terreno da linguagem através da língua. Para falar, sou obrigado a me colocar como sujeito. Para me colocar como sujeito, me sujeito a uma estrutura de língua, me acomodo no espaço que virá a ser minha morada. Segundo Barthes, quando me faço sujeito de uma enunciação, “o que faço não é mais do que a consequência e a consecução do que sou”. Essas palavras, um tanto enigmáticas, parecem indicar que aquilo que enuncio é consequência daquilo que tenho em minha existência, isso é, minha estrutura humana. Portanto, enunciar é ao mesmo tempo forma constituinte e consecutiva da minha existência como ser humano. Benveniste, por sua vez, parece indicar o mesmo processo de assujeitamento, ao dizer que através da enunciação do “eu”, “cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira”. O sujeito, ao colocar a língua em processo, passa a assumir um controle de infinitas possibilidades de uso da linguagem, e isso é feito “por sua conta”, no sentido em que as operações realizadas com a linguagem são resultado de sua existência, de seu modo próprio de habitar a linguagem.

A palavra sujeito, a semelhança da palavra poder, apresenta a ambiguidade de submissão e possibilidade de ação. Recorrendo à formulação psicanalítica e à gramática da palavra sujeito, Robert-Danny Dufour aponta que só há subjetividade quando há sujeição, quando se está sujeito a outro. “O homem não é uma substância que tira sua existência de si mesma, mas de outro ser” (DUFOUR, 2008, p. 27). Se deslocarmos essa condição para as contribuições linguísticas de Benveniste e Barthes, percebemos que a língua, este código que está a serviço de um fascismo, é este “outro ser”, do qual o indivíduo tira sua existência para se fazer sujeito. Só é possível me alojar dentro do sistema de língua, se obedecer às regras estruturais desse sistema, se admito que esse sistema é a única possibilidade, e recalco qualquer outra formulação. Quem diz sujeito, diz sujeição. Graças a um assujeitamento às estruturas de língua, é possível que o indivíduo transcenda as experiências imediatas da natureza e possa estabelecer o universo próprio do Homem. Não se sujeitar à linguagem é não se sujeitar ao poder que possibilita ao caos da unicidade do natural – o fora da linguagem – penetrar na

ordem da cultura. Assim como Benveniste e Barthes, Dufour aponta para o uso dos signos vazios do sujeito – uma “língua dentro da língua” – como exemplificação clara do *poder da linguagem*.

Graças a este dispositivo, a loucura unária do “eu”, aquela forma que porta meu corpo na língua inscrevendo-o como corpo falante, essa forma louca que desemboca no mundo antes de todo controle e vota, assim, o “eu” a perder-se incessantemente na medida mesma em que se encontra, essa loucura se disciplina e entra no discurso. (DUFOUR, 2000, p. 70)

Para além dessas intimações que a língua faz ao sujeito – obediência às estruturas e marcação obrigatória de uma subjetividade -, a linguagem apresenta uma dominação última, que Barthes denomina como o *fascismo* da linguagem. “O fascismo não consiste em impedir, mas em obrigar a dizer” (ibidem, 2000, p. 14). A linguagem nos impede de calar, e a pergunta de Nana – “Por que alguém tem sempre que falar?” – encontra na natureza fascista da linguagem sua resposta. Obedecer à estrutura de língua e posicionar-se como sujeito não são atividades opcionais, elas serão realizadas a todo o momento, porque elas conferem existência ao Homem. Deixar de ser Homem, encontrar a saída da morada da linguagem, retornar ao estado de existência imediata em que vivem os animais, tudo isso se resume num sentimento de paraíso perdido. Falar, ou melhor, se debater nas tramas do poder da linguagem, é condição humana.

Liberdade completa não há, visto que o homem não vive apenas na natureza, mas é sempre mediado pela linguagem. Portanto somos sujeitos às forças da natureza e da linguagem. Nessa dupla morada somos obrigados a caminhar conforme as possibilidades que este espaço nos oferece. Querer andar em completa liberdade é querer estar em lugar algum. É imperioso ao indivíduo sujeitar-se às estruturas da linguagem, alienar-se nessas para fundar-se como Homem, pois fora dessa caímos num abismo, e não se trata de uma queda para cima, que por ser uma metáfora, só existe na linguagem.

As diferentes formas de se tomar o conceito de poder na linguagem apresentam diferentes posicionamentos linguísticos. Há quem considere a língua como uma ordem que se inscreve nos sujeitos formando um campo de disputas e de inscrições ideológicas, pouco restando do papel da linguagem na fundação da subjetividade. Essa forma de pensamento sobre a

linguagem não deixa de estar correta, mas tal concepção não abarca a totalidade dos fatos de linguagem que estão ativos em toda atividade humana. A língua é estrutura ordenada que reduz um número sem fim de signos em potenciais a um elenco reduzido, mas que ao mesmo tempo confere constância, elemento básico para a noção de subjetividade. A partir dessa consideração, deixamos de observar a língua como uma mera imposição, e somos capazes de perceber tal imposição como uma possibilidade de existência. Conforme nos aponta Benveniste, “A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade”.

CAPÍTULO 4

Nana: *As palavras devem expressar apenas o que queremos dizer.*

Questionamento sobre a natureza semântica da linguagem.

Então, Deus, após ter formado da terra todos os animais dos campos e todas as aves dos céus, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria, para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse.
(Gn. 2, 19)

Nana reclama da linguagem reivindicando fidelidade das palavras. Esse enunciado – “As palavras devem expressar apenas o que queremos dizer” - sustenta-se sobre a concepção ingênua de que a linguagem é um veículo ocupado por conteúdos internos em direção ao exterior. O papel das palavras, segundo a prostituta, é *expressar*, colocar no lado de fora; um modo de pensar que propõe, por conseguinte, que a língua está a serviço do sujeito, ou melhor, a serviço do *desejo de dizer* desse sujeito. Se consideramos a linguagem, e por consequência direta a língua, como expressão de um conteúdo interno, estamos reduzindo a faculdade humana a uma espécie de encanamento pelo qual o universo nebuloso da subjetividade se transporta para o meio externo ao sujeito.

Se considerarmos a linguagem como a atividade abstrata que nós, seres humanos, utilizamos para exteriorizar nossos conteúdos internos, formularemos uma perspectiva linguística que não sustenta o princípio de que a linguagem é a morada do Homem. Ao atribuir à linguagem uma função puramente expressiva dos conteúdos subjetivos, não somos capazes de explicar como esses determinados conteúdos se tornaram subjetivos. Ao mesmo tempo, cometemos o equívoco de propor que o pensamento é algo anterior a linguagem, e que as palavras são como um revestimento que utilizamos a fim de dar forma às ideias, para que elas possam ser expostas ao mundo. Ora, tal proposta reduz a linguagem a ser uma prestadora de serviços à consciência humana, deixando de ser o atributo que faz do homem o ser que ele é. É necessário observar que a linguagem não se resume à expressão, nem tem essa como função. Não podemos dizer que a linguagem se ausenta quando não há atividade expressiva. A linguagem encontra-se numa instância mais avançada que a expressão, visto que ela é algo constante no homem, e que apenas em alguns momentos pode vir a ser expresso. Basta que o Homem exista para que a linguagem se manifeste.

A palavra *expressão* apresenta-se presa a uma noção de *desejo*. A palavra, segundo a personagem, é expressão do que *queremos dizer*. Mas o que queremos dizer? Por uma questão

de não termos objetos para apontar, costuma-se dizer que o que queremos dizer está *por trás* daquilo que é dito. Eis uma má localização do conteúdo linguístico, pois se a linguagem é uma atividade que põe em obra a existência, o que queremos dizer está *dentro* do que fazemos com a linguagem, logo o que queremos dizer está *dentro* daquilo que é dito.

No campo dos estudos linguísticos, a relação entre o *querer dizer* e o *dito* se inscreve na semântica. Se considerarmos as manifestações da linguagem como uma faculdade humana, e não como um objeto diante de nossa disposição analítica, a semântica deverá tratar não do significado, mas do processo de significação. Significar um determinado conteúdo é talvez a principal atividade humana, pois só assim é possível conferir a esse conteúdo uma existência no plano da linguagem, que é de fato o plano das ações humanas. Trazendo de volta o filósofo do ser e sua leitura dos versos de Stefan George, lemos uma bela definição dos processos de nomeação como um processo de constituição do universo humano.

Somente quando se encontra a palavra para a coisa, a coisa é coisa. Somente então ela é. Devemos, portanto, frisar bem: nenhuma coisa é, onde a palavra, isto é, o nome falhar. É a palavra que confere ser às coisas. (HEIDEGGER, 2008b, p.126)

O *querer dizer* é a vontade de nomear², de trazer à tona para o plano da ação humana um determinado conteúdo, uma determinada coisa. Essa vontade de conferir existência às coisas se satisfaz na nomeação dos seres, ao modo de Adão, que ao colocar nome naquilo que o rodeia, transforma a desordem dos fenômenos do devir em uma ordem estabelecida. Uma árvore é uma árvore, tanto na primavera como no outono; isso, graças à palavra árvore, pois sem ela o vegetal seria uma grande massa amorfa indistinta do restante do mundo. A realidade adquire sua forma no momento em que atribuo nome às coisas e as inscrevo dentro do sistema da linguagem. Eis a vontade de poder, *libido dominandi*, que pode ser lida como vontade de dominar o exterior, impondo-lhe ordem, um desejo de transformar o caos em ordem, natureza em civilização, corpo em expressão.

² Em alemão o verbo *nennen*, utilizado por Heidegger pode ser traduzido por *nomear* assim como *chamar*. O verbo possui a mesma raiz etimológica de *nehmen*, que significa pegar, tomar. Com essas considerações acredito ser mais fácil compreender a noção da linguagem como um chamado, uma apreensão, que aproxima as coisas do homem.

O poder da linguagem, tal como o vivenciamos, não se assemelha à narrativa do Gênesis, na qual Adão foi colocado frente aos animais para nomeá-los de acordo com sua disposição. O poder da linguagem nos abarca antes do nascimento, pois em diversas culturas, durante a gestação já é definido o nome do indivíduo, como ele vai ser nomeado, ou seja, como ele vai ser chamado enquanto sujeito para compor a realidade humana. Diferente de Adão, que teve a liberdade de nomear os seres com os quais dividia o Éden, nós, em nossa existência de criaturas decaídas, desconhecemos o paraíso e a liberdade de modo original a todo o momento. O homem, segundo Benveniste, não nasce na natureza; mas na cultura, e essa atua sobre nós antes de nossa existência física. Quando somos chamados ao mundo, os seres já possuem nomes, e a estrutura da língua nos é imposta sem questionamento. Para usufruir do poder da língua, e fazer da *libido dominandi* uma *libido dicendi*, é necessário sujeitar-se a uma estrutura de língua para usufruir do seu poder de nomear e se posicionar como sujeito.

Nomear, trazer as coisas ao mundo, é uma atividade que se faz utilizando palavras, que, apesar da ingenuidade do enunciado de Nana, devem expressar o que queremos dizer. Conforme ficou explicitado nos parágrafos anteriores, a expressão não é função nem dever primário da linguagem, essa seja talvez apenas uma de suas formas de se manifestar, no entanto, ao relacionar *querer dizer e expressão*, a personagem tenta demonstrar que o dever, a função das palavras, é tornar manifesto nossos desejos, ou seja, dar forma a um conteúdo subjetivo. Assim como Saussure, em sua apresentação do signo linguístico, abole a perspectiva de que língua funciona como uma nomenclatura que une palavras e coisas, mas ao mesmo tempo mantém a idéia de que a língua é composta por duas porções distintas; a proposta de Nana de que as palavras devem *expressar apenas o que queremos dizer* pode ser destilada em uma sábia percepção de que ao utilizar as palavras, isso é, quando estou nomeando, estou engajado em um processo de encaixe de duas coisas de naturezas distintas: *desejo de dizer* e a possibilidade de uma *expressão*.

A reclamação de Nana, mesmo sem a farda acadêmica, apresenta um pedido de esclarecimento sobre os processos de significação. Expressar o que se quer dizer é fazer sentido a partir desse desejo. Nomear é realizar um desejo. Dar nomes, como disse Heidegger, é fazer com que alguma coisa exista. No jogo entre unir desejo e expressão, estamos muito próximos da proposta linguística de que o semântico se forma a partir da relação indissolúvel entre duas entidades distintas: significado e significante. O signo, unidade discreta que se estabelece no recorte que relaciona massas amorfas do pensamento e massas amorfas do som, se estamos abordando a linguagem falada, pode ser visto numa semântica do ato enunciativo

como uma junção, não diria discreta, de *desejo* e *possibilidade de expressar*. Se nomear é chamar algo que existe em potencial para o plano da realidade, é preciso que um desejo, uma *libido*, mova esse processo.

Observa-se, porém, que um dos termos da proposição de Nana teve de ser abandonado durante o processo de destilação reflexiva – *apenas*. O desejo de que as palavras expressem *apenas* o que queremos dizer é o desejo de uma língua na qual o homem se sinta pleno para arranjar as estruturas conforme suas vontades. Dizer exatamente o que se quer dizer é uma tarefa árdua, pois é necessário conciliar desejo de dizer e as possibilidades oferecidas na estrutura da língua. Mais uma vez o poder da língua se faz presente e castra nossa *libido dicendi*, nossa vontade de dizer tudo de completo acordo com nosso *querer dizer*.

Nos momentos em que se elaboram em nosso interior desejos que parecem não corresponder a nenhuma das palavras que compõe nossa língua, temos a impressão de que a linguagem é limitada, por não nos ofertar um signo adequado, e limitadora, por não nos permitir criar um novo signo. Eis a *libido dominandi* que impera sobre o homem e o faz homem. Se para cada mal-estar que sentisse, eu empregasse uma palavra distinta, não seria capaz de ter uma idéia clara do que seja um mal-estar. Se cada indivíduo que estivesse com fome expressasse a sua necessidade com termos próprios, nunca saberíamos quando oferecer um prato de comida. Enquanto sujeito composto de um único corpo, nunca terei a experiência de sentir a mesma fome que outro sujeito sente. Graças ao fato de que compartilharmos um signo que une desejo e expressão, sou capaz de aproximar o meu sentimento de fome com o sentimento alheio de fome. Assim como quando damos um nome chamamos uma coisa à realidade, quando compartilhamos um signo nos aproximamos da existência dos outros e criamos uma realidade em comum.

Desejar viver em uma linguagem na qual *desejo de dizer* e *expressão* existam em correspondência congruente é desejar o impossível. A linguagem é incompleta porque nossa existência também o é. Se nossas experiências são sempre inéditas e não cessam até o momento de nossa morte, é impossível contar com um sistema simbólico que abarque todas as nomeações necessárias com uma correspondência de um para um. Se assim o fosse, teríamos tantos signos quanto experiências concretas, e nos perderíamos num labirinto de palavras tão complexo quanto observar o devir dos fenômenos sem um sistema categorial. A linguagem nos oferece um número finito de signos para serem utilizados em infinitas situações, o que exige do sujeito falante um constante exercício de conciliar vontade de dizer

e possibilidade de expressão. A concepção ingênua da linguagem parte do pressuposto de que palavra e coisas no mundo se relacionam de maneira direta, o que não se verifica, pois somos capazes de enunciar coisas que não existem no mundo, bem como podermos mentir e dizer coisas descabidas; provas de que linguagem e coisas no mundo não apresentam uma ligação direta.

A utilização das palavras, ou seja, a nomeação, por não apresentar uma congruência com o universo empírico, não é capaz de oferecer garantias de que a conciliação entre vontade de dizer e possibilidade de expressão seja sempre eficaz. Esse caráter da linguagem se faz suspeito na fala de Nana, que pergunta: “As palavras nos traem?”

Gostaria de me ater por alguns instantes ao significado do verbo “trair”. Eis uma palavra de difícil definição, como todas as palavras das quais fazemos uso efetivo. Se tomarmos a etimologia, encontraremos no latim o verbo *tradere*, que significa entregar (HOLANDA, 1986, p. 1697). Caminhando nessa trilha, chegamos ao sentido de delatar, denunciar – “*entregar* alguém à polícia” -, ou ainda como uma entrega não de pessoa, mas de um conteúdo, como a revelação de um segredo – “o olhar dela *entregava* as intenções”. Examinando a gramática da palavra “trair” neste sentido, visualizamos esse conceito como um vazamento de uma informação que deveria ter permanecido contida.

Aproximando-se das relações amorosas, tomamos *traição* como adultério – uma infidelidade amorosa consiste na troca do parceiro sem que este o saiba. Só se utiliza a frase – “fui traído” – quando desconhecíamos a traição, se assim não o fosse, diríamos simplesmente – “fui trocado por outro”. Ser traído é ser trocado sem saber, ser abandonado, deixado em desabrigo. Tomemos então a palavra trair sob o aspecto do agente, e teremos a palavra “traidor”. Recorrendo novamente ao dicionário, encontramos um adjetivo masculino, com origem no latim (*traditore*) significando: 1. Que atraiçoa. 2. Perigoso com aparência de seguro. Eis um caráter velado na palavra traição que encontramos na linguagem: uma aparência de segurança que recobre um imenso vazio. Mais uma ambiguidade a ser incluída na natureza da linguagem.

É impossível reduzir o significado de uma palavra a uma definição, visto que não há nenhum elemento nos casos acima que seja comum a todos e que, portanto, contenha a essência semântica da palavra trair. *Traição* sugere um jogo entre a aparência de segurança, firmeza e constância e a possibilidade de dissolução a qualquer momento. *Trair* é romper um

pacto, um trato que se pensava consolidado. Que tipo de traição pode se fazer presente no terreno das palavras? Que traição é essa a qual Nana se refere?

Ao perguntar se as palavras traem, estamos supondo que elas não cumprem com um determinado trato, com uma promessa. Que promessa seria essa? Ora, seria cumprir com o seu dever: “expressar somente aquilo que queremos dizer”. A linguagem nos possibilita dar formas ao nosso desejo de dizer, mas ela não oferece garantias de que esse processo será bem sucedido. Nos primórdios linguística, é possível dizer que as associações entre *o querer dizer* e a *expressão* são tratadas por Saussure (2004, p.21) como o acoplamento de elementos heterogêneos que constitui a língua, que nada mais é do que o resultado da atividade de associar essas duas massas amorfas. A relação que se estabelece como acoplamento entre um elemento expressivo, uma figura vocal, ou conforme a nomenclatura consolidada, um significante, e uma porção conceitual, aquilo que se quer dizer, o denominado significado, é o que compõe o signo linguístico. Essa associação, apesar de se apresentar como indissolúvel, não demonstra ter garantias de sustentação, afinal a união entre essas duas partes de naturezas distintas não apresenta uma motivação que se verifique no universo empírico. Os processos de significação são puro fato de consciência (cf. ibidem, 2004, p.22).

Essa ausência de laço entre significado e significante parece lançar a linguagem em um vazio absoluto, pois sem motivação uma palavra parece não se sustentar, e seu dever de expressar o que queremos dizer parece que nunca se cumpre. Apesar da falta de motivação para acoplar significados e significantes, a linguagem percorre seu caminho. Uma palavra pode ser lida como um signo vazio, isso é, uma unidade negativa que não apresenta solidez nem estabilidade dado que ela é imotivada. Se me pergunto por que preciso pronunciar /mar/ para me referir à porção de água que existe em torno dos continentes, não obterei resposta olhando para o horizonte do universo; no entanto, se me voltar para a própria língua, percebo que preciso pronunciar /mar/ para que esse signo exista como ele próprio, isso é, diferente de todos os outros, e assumo assim um valor dentro do sistema da língua.

Para Saussure, a essência da língua não está no fato de que uma forma, um significante, signifique; a palavra repousa sobre o fato de apresentar um valor que lhe é único. O recorte que estabeleço sobre massa amorfa de sentido e massa amorfa de material expressivo vale por si próprio, pela diferença que estabelece com os outros elementos desse sistema, e não com os elementos alheios ao sistema. Como se pode perceber, a língua é uma operação que não parte

do mundo das coisas e nem é uma coisa pronta; ela é um trabalho constante que se realiza no Homem. A linguagem é de fato um fato de consciência.

Por ser um fato de consciência e não ser um fato do mundo, a linguagem não apresenta garantias plenas, logo ela pode trair. Se nossas palavras não estão atadas a uma porção material que lhes forneça estabilidade plena, não há como esperar que a linguagem seja um terreno plano e homogêneo. Justamente pelo fato de que as palavras assumem a sua forma no conjunto de toda a língua, e essa por sua vez é um por-se em obra da subjetividade, as palavras podem sim nos trair. Não existe contrato estabelecido entre sujeito falante e língua que assegure que todos seus enunciados serão veiculados com sucesso. Um enunciado pode não satisfazer a vontade de dizer de um sujeito ao chegar nos ouvidos de outro. Uma declaração de amor não é o suficiente para externar uma paixão, assim como a ofensa não consegue abarcar a totalidade de nossa raiva. Nosso querer dizer não cabe em expressão.

Ao mesmo tempo em que a linguagem se demonstra limitada, um enunciado pode revelar mais do que se queria dizer. Ao dizer que paramos de fazer algo, estamos apresentando uma ação que se fazia presente no passado; ao dizer *felizmente*, entregamos nossa opinião sobre um fato. Somos traídos por nós mesmos, ao modo de Édipo, pois meu enunciado se volta contra uma suposta vontade de dizer que revela um desejo mais profundo. As palavras nos traem, mas isso não significa pensar que elas desobedecem a um trato, pois em momento algum um significado se mostra necessariamente preso a um significante. As palavras nos traem, no sentido de que elas são fruto de um desejo humano, e, justamente por isso, pela incompletude humana, elas são incapazes de corresponder plenamente às nossas expectativas.

Nós também traímos as palavras, diz o filósofo. Eis aqui, mais uma vez, o caráter ambíguo da linguagem que se impõe em qualquer observação que se faça sobre ela. Graças ao fato de que nada no mundo me motiva a pronunciar /mar/ quando quero me referir à porção de água que envolve os continentes, estou possibilitado a pronunciar /mar de rosas/, /mar de dúvidas/, /mar de lama/, /mar sem fim/, /mar de histórias/ ou /mar português/ e tais sintagmas não serão apenas uma junção de palavras, mas novos recortes do mundo que constituem um sentido próprio, que fabricam realidade. Essa estranha forma de traição possibilita ao homem criar sua realidade a partir da linguagem. Essa atividade criativa ocorre a todo momento que se fala, logo a todo momento de nossas vidas, mas poucas são as vezes que nos demonstramos dispostos a perceber que um enunciado é fruto de um longo processo de nomeação, de chamar para a realidade coisas que existem em potência. O exercício da linguagem, e atualmente isso

não é de interesse de nenhum campo teórico, pode ser um exercício libidinoso de fabricação de mundo. A poesia nada mais é do que a explicitação desse processo que invisível atravessa e constitui nossas vidas. A poesia é uma experiência com a linguagem, é a possibilidade de realização da *anamnese* platônica e vislumbrar a posição de Adão no paraíso, que permanece oculta na percepção de linguagem como instrumento.

Poesia nunca é propriamente apenas um modo (*melos*) mais elevado da linguagem cotidiana. Ao contrário. É a fala cotidiana que consiste num poema esquecido, desgastado, que quase não mais ressoa. (HEIDEGGER, 2008a, p. 24)

CAPÍTULO 5

Nana: *Então, falar é fatal?*

Questionamento a respeito da função da linguagem.

Observando o caminho trilhado até aqui, é possível dizer que temos em mãos algumas certezas sobre a linguagem. Antes de qualquer coisa, diríamos que sua natureza é processual. A natureza da linguagem assemelha-se mais a um verbo do que a um substantivo. Acrescentaríamos que atividade constante que é a linguagem configura-se como espaço para existência humana. Tendo a linguagem como morada do Homem, é possível observar o poder da linguagem do mesmo modo como se observa a força da natureza que atua como sobre as coisas do mundo. A noção de poder da linguagem precisa ser examinada não como simples imposição, mas como um traço da linguagem que age sobre o homem e confere a ele o poder ser homem. Para melhor compreender a duplicidade do termo *poder*, nos aproximamos do conceito de *libido dominandi* que limita as operações simbólicas do homem, e apontamos para uma outra pulsão – *libido dicendi* – que impele o Homem a nomear o mundo.

A atividade de nomear, controlada por uma *libido dominandi* e estimulada por uma *libido dicendi*, é a principal atividade humana. Nomear é atribuir existência às coisas. Uma palavra é sempre a marca de um processo de nomeação que envolve a criação de uma realidade. O caso dos pronomes pessoais – signos sem referência fixa – constitui um excelente exemplo do poder da linguagem como sendo uma norma que controla de modo rígido nossas atividades simbólicas e que ao mesmo tempo possibilita o nascimento do sujeito. Definir o homem como o ser marcado pela linguagem é atribuir subjetividade a este ser. Se a linguagem tem a forma verbal como sua natureza primeira, a ação que a que nos referimos quando falamos em linguagem é o manifestar subjetividade.

Uma vez manifesta a subjetividade, o falante enquanto indivíduo não deixar de ser sujeito. Falar é de fato fatal. A linguagem, além de ser um espaço infinito sem porta de saída, não apresenta possibilidade alguma de se retroceder. Uma vez dentro da linguagem, a existência destituída de subjetividade, tal como admiramos muitas vezes na tranquilidade dos animais dos *lírrios do campo*, é apenas um sentimento de paraíso perdido. A linguagem é fatal no sentido de que uma vez dentro dela não temos porta de saída. Por sua natureza processual, ela é unidirecional, uma vez operada a linguagem não há nada que apague a enunciação. A partir

dessas considerações sobre a natureza é possível anunciar que a função da linguagem tem algo de fatalista, algo que se encaminha para a relação de vida e morte.

Esse perfil angustiante da linguagem pode ser muito bem ampliado em uma compreensão de sua função mais primária. Deve-se atentar que estamos falando de função e não de utilidade. Quem fala de utilidade está abordando um objeto que se assemelha a uma ferramenta; quando se toma a linguagem como algo que confere humanidade ao Homem, a função da linguagem é obviamente conferir humanidade ao Homem. O Homem é o ser habita linguagem. A linguagem é a atividade de manifestar subjetividade. Pode-se dizer que a linguagem prende o indivíduo a uma noção de sujeito. Ela joga-o em um universo de obrigações e fatalidades da subjetividade, como se o pusesse em uma correnteza unidirecional impossível de ser parada. Ora, um rio a correr, impossível de ser parado e de ter seu sentido alterado, é uma excelente forma de se redescrever aquilo que chamamos de vida; os poetas o sabem há milênios. Presos a uma noção de subjetividade, a existência, esse banho num rio turbulento, será apreendido como um todo significativo e não como uma sequência confusa de movimentos. A função da linguagem é conferir a forma de vida para nossas ações. Tomar o que se passa quando percorremos o leito de uma vida é a função da linguagem. Sem ela, a vida não teria forma de vida, nossa existência seria um imenso vazio.

Quando se vive, nada acontece. Os cenários mudam, as pessoas entram e saem, eis tudo. Nunca há começos. Os dias se sucedem aos dias, sem rima nem razão: é uma soma monótona e interminável. De vez em quando, chega-se a um total parcial, dizendo: “Faz três anos que estou em Bouville”. (...) Por alguns momentos – raramente – avaliamos a situação, percebemos que nos envolvemos com uma mulher, que nos metemos numa confusão. Por um átimo. Depois disso o desfile recomeça, voltamos a fazer as contas das horas e dos dias. Segunda, terça, quarta. Abril, maio, junho. 1924, 1925, 1926. (SARTRE, 1986, p.66)

Essas não são palavras do diálogo entre Nana e o filósofo, mas assim como os enunciados do filme, essas frases foram concebidas em um café. O trecho acima foi retirado do diário de Antoine Roquetin, o personagem historiador de “A Náusea” (1938), que observa a pacata cidade de Bouville. Na tentativa de descrever o mundo sem prender-se a um modelo filosófico pré-estabelecido, Roquetin observa o universo como algo infinito e ordenado por regularidades despropositais, – semelhante à correnteza de um rio. As ruas de Bouville, bem

como as pessoas que habitam a cidade, nada mais são do que um monótono entra e sai de casualidades. “Os dias se sucedem aos dias, sem rima nem razão: é uma soma monótona e interminável”. A passagem dos dias e dos anos parece ser um desfile de acontecimentos que não apresentam uma ordem que se possa apreender e nem mesmo um propósito visível. Existir é caminhar num vazio, é ser levado por causalidades banais.

Não é puro pessimismo dizer que quando se vive nada acontece, trata-se de uma maneira de considerar o que chamamos normalmente de acontecimento. Se não somos capazes de nos colocarmos num ponto externo ao da nossa vivência imediata, é impossível perceber que algo ocorreu em nossa existência e assumiu um determinado significado. Os acontecimentos só existem enquanto tais, quando somos capazes de dizer o que nos sucedeu; sem isso tais ocorrências não fazem parte da nossa experiência, são apenas uma correnteza pela qual passamos e que logo esquecemos.

Quando alguém nos conta como foi seu dia, não temos um recorte congruente do que ocorreu no dia daquela pessoa; temos um retrato daquilo que se tornou registro, uma porção de sua existência que é enunciada. Só constitui experiência de vida aquilo que pode ser enunciado. O que não é enunciado, o que não passa pelo processo de nomeação, não cabe no plano da experiência. Narrar é uma forma de nomear, em outras palavras, é chamar as coisas que estão no mundo para o plano da existência. A narração nada mais é do que o processo de transformar, pelas palavras, os fenômenos do mundo em existência.

A resposta mais adequada à pergunta sobre a função da linguagem é dizer que ela serve para viver. Quando se diz que a linguagem serve para viver, assume-se que a linguagem não é ferramenta. Não estamos a dizer que a linguagem se faz útil para fazer pedidos ou expressar sentimentos. Se dizemos que a função da linguagem é viver, assume-se que a função da linguagem é dar vida. Conforme consta no pensamento de Heidegger, a palavra confere *ser* às coisas, e as coisas essas são o mundo não apenas como extensão, mas como próprio terreno de vivência. O Homem habita a linguagem.

Assim como ocorre que em uma determinada língua um objeto é recortado linguisticamente e passa a constituir um signo, a existência passa a adquirir significado no momento em que somos capazes de realizar recortes nos fatos que presenciamos e apreendê-los como signos, como unidades de significado. Graças a essa operação, a existência humana se diferencia da existência de uma planta ou de um animal, que sabiamente existem de forma sempre inédita em um universo sem sentidos constituídos.

Eis o que pensei: para que o mais banal dos acontecimentos se torne uma aventura, é preciso e basta que nos ponhamos a *narrá-lo*. É isso que ilude as pessoas: um homem é sempre um narrador de histórias, vive rodeado por suas histórias e pela história dos outros, vê tudo o que lhe acontece através delas, e procura viver sua vida como se a narrasse. (SARTRE, 1986, p. 65-66)

Assim como um dia pode ser resumido no relato de algumas frases, uma vida pode ser comprimida a meia dúzia de palavras. Se assumimos que a palavra é o que confere existência às coisas, temos que admitir que a narrativa é a forma de conferir uma existência aos acontecimentos. Roquetin alicerça sua reflexão sobre a função da linguagem como algo que transforma o mais banal dos acontecimentos em uma aventura. Essa última palavra adquire um peso especial ao longo do diário do historiador. A *aventura* de que nos fala Roquetin é o processo pelo qual o sujeito é capaz de inserir-se dentro da sequência de fenômenos constantes que compõem o universo externo, um sair de si mesmo e deixar-se levar pelo acaso do mundo e ao mesmo tempo fazer parte do mundo. A aventura é o levar-se pela correnteza dos fenômenos. A aventura em si não depende do evento, mas da narrativa, do chamado que faço para que tal acontecimento faça parte da existência.

“Um homem é sempre um narrador de histórias”. Narrar não é relatar. O relato não existe. O que existem são histórias, e toda história é fruto de um processo de linguagem, de uma construção de realidade, de um exercício de atribuir existência às coisas. O homem, enquanto ser que habita a linguagem, “vive rodeado por suas histórias e pela história dos outros”. No processo de nomeação, de chamar as coisas para existência, ocorre não somente a atribuição de ser à coisa; paralelo a isso ocorre, uma aproximação entre aqueles que nomeiam. Ao chamarmos as coisas para nossa existência com a mesma língua, duas pessoas podem compartilhar um mundo, podem aproximar suas existências. Essa aproximação de subjetividades que ocorre pela linguagem permite que existências sejam compartilhadas ampliadas. Aquilo que me é narrado passa a constituir existência da mesma forma que aquilo que narro. Esse intercâmbio de narrativas, de processos de formar existência, faz com que o sujeito inexista quando isolado. A ideia de que a função da linguagem é comunicar é válida, porém muito limitada. Quando me dirijo a outra pessoa pela linguagem não estou necessariamente me comunicando. Posso até mesmo não estar fazendo uso de uma estrutura

que será absorvida pelo meu interlocutor, mas estou de algum modo aproximando duas existências. É esse processo que constitui as artes performáticas como a música, a dança e a literatura, bem como as atividades linguísticas dos primeiros anos de vida³. Nesses casos, não se faz uso de uma estrutura que é compartilhada de modo satisfatório pelos interlocutores, no entanto, ocorre um processo que não é como uma comunicação passível de segmentação; trata-se de um compartilhamento de experiências existenciais.

“Falar é quase uma ressurreição em relação à vida”. Essas são as palavras do filósofo em resposta a questão levantada por Nana que dá título a esse capítulo. Uma bela resposta quando se toma a linguagem como fatalidade. Ao dizer que falar é uma ressurreição, tomamos a linguagem como uma redenção que nos eleva da experiência direta dos fatos, que nos dá conforto e morada para viver na correnteza dos fenômenos do mundo. A vida é uma sequência de imagens que refletem em nossa retina, de correntezas que movem nossos corpos. A existência é o que brota disso a partir de nossas ações com a linguagem. Sem a linguagem, a vida não teria a forma de vida.

A linguagem dá ser às coisas, forma o mundo e nos separa de uma vida presa aos estímulos diretos dos objetos. A linguagem nos permite criar subjetividade e existência. Paralelo a isso, podemos compartilhar subjetividade e mundo. É por isso que precisamos falar para viver. Mais do que isso, desenvolvemos gosto pela linguagem e procuramos as pessoas com quem sabemos falar, isso é, conversar. É por isso que lemos/escrevemos, tomamos gosto por viver e procuramos ler/escrever aquilo que podemos existir. A linguagem tem como função dar a vida o significado de vida.

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. (BENVENISTE, 1995, p. 222)

³ É necessário apontar que a distinção entre as atividades linguísticas denominadas artísticas e a fala ordinária não apresentam distinção. A potencialidade poética é um traço da linguagem como um todo e não apenas de alguns discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. *Aula: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França*. Tradução: Leila Perrone-Moisés. São Paulo, Editora Cultrix, 1980.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, Pontes, 2005.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, Pontes, 1995.

DUFOUR, R. *A arte de reduzir as cabeças – sobre a servidão na sociedade ultraliberal*. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro, Companhia de Freud editora, 2005.

_____. *Os mistérios da Trindade*, Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Editora Companhia de Freud, ed. 2000.

GODARD, J. *Viver a vida*, [filme – DVD] Direção de Jean-Luc Godard. França, Films de la Pléiade, 1962. Magnus Opus distribuidora, 2005. 85min., som, preto e branco, legendado.

GRØNGAARD, P. *For Ever Godard. Two or three things I know about European and American cinema*, 2001. Danish Journal of Film Studies. Department of Information and Media Science at Aarhus University. Disponível em http://pov.imv.au.dk/Issue_12/section_1/artc5A.html (último acesso em 10/06/2010 - 10:27)

HEIDEGGER, M. *A linguagem* (1950). In: HEIDEGGER, M. *A caminho da linguagem*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Vozes, 2008a.

_____. *A essência da linguagem* (1958). In HEIDEGGER, M. *A caminho da linguagem*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Vozes, 2008b.

HOLANDA, A. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

RICOEUR, P. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SARTRE, J. *A Náusea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

SAUSSURE, F. *Sobre a essência dupla da linguagem*. In: SAUSSURE, F. *Escritos de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.

SONTAG, S. *Vivre sa vie, de Godard, 1964*. In: SONTAG, S. *Contra a interpretação*. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1987.